

Consultoria da Câmara alerta para o risco de perda de controle

Segundo estudo, a dívida interna cresceu 416% reais de junho de 1994 a maio deste ano

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – Em análise encomendada por parlamentares, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara alerta para “uma trajetória perigosa da dívida pública federal, indicando uma possível fragilização de sua administração”. Segundo a análise, o aumento do endividamento interno “é um dos fatores mais preocupantes do novo cenário macroeconômico que se instalou com o Plano Real”.

Apesar da privatização, a dívida interna da União cresceu 416% reais entre junho de 1994 e maio deste ano – um crescimento de mais de cinco vezes em menos de quatro anos, afirma o estudo. Passou de R\$ 36,3 bilhões para R\$ 187,2 bilhões, enquanto a dívida interna de todo o setor público aumentou 98% reais no mesmo período, saindo de R\$ 157,6 bilhões para R\$ 311,5 bilhões. Já a dívida líquida total do Brasil subiu menos (42% reais), de R\$ 232,3 bilhões para R\$ 330,7 bilhões.

A dívida líquida total engloba o endividamento do setor público não-financeiro da União, Estados, municípios e estatais e do Banco Central (BC) com os sistemas financeiros público e privado, o setor privado não-financeiro e o resto do mundo. No conceito de dívida líquida, são computados os papéis federais em poder do público, a base monetária e as moedas de privatização, bem como os créditos do BC a instituições financeiras ou os direitos da União com Estados, por causa da renegociação de suas dívidas. Também contempla os ajustes patrimoniais decorrentes da privatização.

A crescente resistência do mercado em aceitar papéis remunerados a juros prefixados contribui para o possível enfraquecimento da administração da dívida pública federal, informa o documento. Isso fez com que a parcela de papéis públicos federais vinculados à taxa Selic no estoque da dívida da União em poder do mercado saltasse de 21,7%, em maio, para 42,7%, um mês depois.

Na avaliação do consultor Nathan Blanche, da Tendências Consultoria Integrada, a decisão do governo de colocar papéis pós-fixados para não aceitar as taxas de juros estruturais exigidas pelo mercado foi acertada, mas não deve perdurar além de mais alguns meses, pois reduz a capacidade de reação do governo a eventuais crises externas. “Se o BC tivesse de elevar os juros agora, estaria dando um tiro no pé, tamanho seria o efeito da medida no estoque da dívida”, afirma Blanche.

Segundo o consultor, o BC economizou R\$ 1,3 bilhão anualizados ao não aceitar as taxas de juros exigidas pelo mercado nos papéis prefixados e, no lugar, ter ofertado títulos pós-fixados. O consultor qualificou de “hipócritas” os números da Consultoria da Câmara. “A dívida da União cresceu por causa da renegociação com os Estados e dos juros altos, que são consequência da falta de ajuste fiscal.”

Um dos pontos em destaque na análise da Câmara é o crescimento adicional de cerca de R\$ 75 bilhões – ou R\$ 6,8 bilhões mensais – no estoque da dívida interna federal entre junho de 1997 e maio deste ano.

“O total da arrecadação da Receita Federal nos primeiros sete meses deste ano foi de R\$ 69 bilhões, correspondendo a uma média mensal de R\$ 9,9 bilhões”, diz o documento. O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), disse ontem que vai convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para explicar a evolução da dívida. Ele quer que o Congresso encontre uma fórmula para impor novos limites ao endividamento público.

O comportamento da dívida dos Estados e municípios também foi ascendente no período analisado, quando o estoque total foi de R\$ 68,9 bilhões para R\$ 119,9 bilhões.

Mesmo depois de a União ter assumido as dívidas dos Estados, os governos estaduais e municipais elevaram seu endividamento líquido total de R\$ 100,3 bilhões, em dezembro de 1996, para R\$ 115,8 bilhões, um ano depois. Em maio, esse valor já estava em R\$ 119,9 bilhões. Já a participação das estatais no total da

dívida pública foi decrescente no período, passando de 31,7% para 8%, graças à privatização.

O documento da consultoria mostra ainda que o peso da dívida externa líquida no total do débito público caiu, fruto do acúmulo de reservas internacionais. Em maio, chegou-se à situação inusitada na qual o governo central se tornou credor líquido externo em R\$ 3,064 bilhões. Em termos reais, a dívida líquida total passou de R\$ 232,3 bilhões para R\$ 330,7 bilhões entre junho de 94 e maio deste ano.

P61 09V 02
RESIDENTE DA
COMISSÃO DE
FISCALIZAÇÃO
DA CÂMARA
PEDIRÁ
EXPLICAÇÃO A
PEDRO MALAN